

O projeto político-pedagógico da escola e a reconstrução das fronteiras da participação

**Arnaldo No garo*

RESUMO

O objetivo desse artigo consiste em discutir questões referentes à elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Nessa perspectiva, é importante explicitar e discutir o que seja projeto político-pedagógico e quais as possibilidades, espaços e oportunidades para a participação dos membros do coletivo escolar na sua concretização.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the questions concerning the elaboration of the political-educational project of the school. In this perspective is important to explain and discuss about the political-educational project, and with the possibilities, spaces and opportunity's for the participation of the associates of the school collective in your construction.

* Professor do Departamento de Ciências Humanas - URI Campus de Erechim.

Situando o tema

A década de 90 na América Latina e no Brasil é marcada por um amplo processo de reformulação das políticas públicas e de modo especial das políticas educacionais, que em seu caráter mais geral significa a presença de estruturas de poder cujo *locus* de sua condensação apresenta como figura principal o Estado.

Uma avassaladora onda de reformas vem tomando conta da educação e vem provocando mudanças na organização e no planejamento educacional de muitos países como Argentina, Chile, Brasil, etc. Embora alguns teóricos afirmem que não mudaram os objetivos, mas apenas as estratégias de execução, não se pode negar que ela provoca e obriga a pensar no papel dos intelectuais e educadores partícipes deste processo. No bojo destas reformas a escola pergunta-se pelo seu papel e função enquanto instituição e espaço de saber. Intensifica seu apelo por mais autonomia, gestão democrática, mais recursos... Como contrapartida imediata a estas reivindicações, é desafiada a assumir a responsabilidade no exercício de inúmeras ações, dentre as quais está a elaboração de seu projeto político-pedagógico.

Os enfoques para o debate sobre estas questões são muitos. Neste texto vai-se elaborar uma discussão da idéia de participação e como ela se constitui em uma forma de aprendizagem e construção das pessoas como sujeitos dos processos históricos. Procurar-se-á situar os vínculos intrínsecos existentes entre o político e o pedagógico ou como se manifesta sua interdependência nas ações que dizem respeito à escola, seu trabalho, seu mundo vivido.

Concepção de projeto

Quando fazemos alusão à palavra projeto, temos que ter bem presente quais os componentes constituintes e o que significa projeto. A escola não poderia mais furtar-se a planejar suas atividades e ter a sua "vida"

planejada. Ações espontâneas e casuais acabam por desperdiçar tempo e recursos (que já são poucos). Em função desta perspectiva surge a necessidade de projetar, ter propostas estruturadas dentro de determinados princípios que norteariam as práticas educacionais.

A palavra projeto, inicialmente, demanda a necessidade de uma reflexão que situe seu sentido e significado. Projetar significa lançar-se para o futuro, prever, antever o que poderá ser concretizado. Vale a pena ressaltar que falar em projeto significa pensar na utopia não como lugar do impossível, imaginoso ou desmedido, mas como o espaço do possível. Supõe intenções explícitas do que pretendemos realizar definindo o modo pelo qual superamos o histórico, o plano do vivido, não nos contentando com o que existe. Criamos o novo *pela razão, emoção e ação. É maneira como os humanos respondem à situação, ao contexto em que vivemos.. É a possibilidade de alterar o existente. Longe, portanto, da idéia de que a história se acabou, o projeto é a possibilidade de o ser humano se lançar na direção do futuro e de suas possibilidades (Vale,1999, p. 71-72)*. O projeto é como uma bússula, é ele que norteia o trabalho da escola..

Se tomarmos o exemplo de um projeto para construir uma casa, poderemos observar que no momento em que eu tenho projeto eu não tenho a obra, quando eu tenho a obra acabada eu esgotei as possibilidades e concluí o projeto Para tratar do projeto político-pedagógico da escola este exemplo nos é útil, mas não é exatamente assim; há uma especificidade muito importante que muda sua essência: o projeto da escola não acaba nunca, *é um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola* (Gadotti, 2000, p.36). Quando se trata do processo educativo do ser humano jamais esgotaremos as possibilidades. Em outras palavras, jamais teremos a obra acabada porque o homem é um ser-em-processo, é um contínuo devir, ontologicamente inacabado. Se é que poderíamos dizer de maneira mais simples, quando o ser humano está pronto, morre. O que não é tão enfático assim, pois a crença no transcendente permite ao homem lançar-se em outra perspectiva, que é a dimensão do espiritual, onde, segundo algumas religiões, o homem não morre e vive sua eternidade.

Deste modo, o projeto assume feições similares à existência humana. Não se contenta com o presente, é uma mescla de realidade e supra-realidade, jamais toma forma definitiva.

Portanto a lógica que precisa ser instituída para o projeto, para que desencadeemos ações e guiemos nossas vidas nas escolas, é sempre a do projetar e jamais a da obra. Isto é, aquela visão imediatista de chamar um assessor ou alguém que faça o projeto por nós, decorrente das exigências legais de tê-lo. Esta atitude reflete a pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do mesmo e se define como obra acabada. Isto não funciona nem é coerente com a comunidade escolar¹, que é composta de sujeitos vivos e dinâmicos, continuamente montando e remontando seus sonhos e suas aspirações.

Para Gadotti (2000, p. 35) projeto se diferencia de plano pela possibilidade de tomar-se instituinte. Ou seja, o plano fica no campo do instituído enquanto o *projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa: tornar-se instituinte.*

Nossa primeira conclusão, então, é a de que vamos precisar de um projeto que jamais deixe de sê-lo e que vamos aperfeiçoando-o dia a dia. Ou seja, o projeto é dinâmico e precisa ser retomado constantemente e adequado dentro da especificidade de cada escola. Reforçando isto, tomemos o que pensa Gadotti (2000, p. 36): *o projeto pedagógico da escola está, hoje, inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições.*

A construção do projeto político-pedagógico: ir além do formal

¹ Fazem parte da comunidade escolar todas aquelas pessoas, sujeitos, envolvidos com a escola e com suas práticas educativas, do professor(a) ao porteiro, da diretor(a) ao pai ou mãe, seja direta ou indiretamente. Portanto, quando nos referimos à comunidade escolar subentendemos alunos, professores, funcionários, pais... ou seja, aqueles membros que constituem o todo da escola,

Um segundo ponto ligado ao que estamos dizendo refere-se à concepção é à maneira como tem sido vista a exigência da escola construir o seu projeto político-pedagógico. Este aspecto legal dá uma certa "abertura", mas ao mesmo tempo coloca na obrigação as escolas de terem seus projetos. Pode ser visto unicamente como imposição legal e, a partir desta, ser determinado que alguns "iluminados" façam o projeto para a escola. A escola estaria dentro desta perspectiva, cumprindo uma exigência formal e desincumbindo-se dos constrangimentos de não possuir seu projeto. Pensamos que não é a melhor maneira, nem a ótica mais adequada para se encarar o fato de a escola ter seu projeto.

Além do mais, é importante que se ressalte que as escolas realizaram e realizam discussões sobre o que e para que ensinam, perguntando-se sobre sua tarefa e seu papel. O que ora se apresenta é um apelo mais forte, quem sabe vindo das normatizações vigentes, que remete à escola a responsabilidade de exercitar sua autonomia e de trilhar um caminho desconhecido. *As angústias na compreensão do que seja talvez estejam mais na incapacidade que temos de refletir e objetivar o que pensamos e fazemos do que propriamente em registrá-lo* (Arena, 1999, p.78).

Defendemos a perspectiva de que as escolas devem aproveitar a prerrogativa da lei e usar este espaço e oportunidade para uma profunda revisão de seus princípios, metas, objetivos, sua tarefa própria como espaço educativo, orientando seu quefazer para elementos mais específicos da realidade onde está inserida e assim melhor poder responder aos anseios e expectativas da comunidade para a qual está voltada e da qual faz parte. *Pelo que foi dito até agora, o projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação da escola* (Gadotti, 2000, p. 37).

Arriscaríamos dizer que esta visão oportuniza a construção de uma prática em que a escola pode construir-se como espaço de participação, de envolvimento e onde ela poderá mostrar-se dentro de sua genuína vocação, que é o ato de educar pela coerência, pela atitude. Ou seja, se na escola se fala da democracia como um valor, nada melhor que o envolvimento dos

diversos segmentos que poderão manifestar seu pensar e seus interesses; se na escola se fala na cidadania como fim, nada melhor que oportunizar o exercício do direito à voz e à opinião. Se a escola optar por defender tais valores para si e para a sociedade, ela precisa dar o exemplo e agir no sentido de instaurar a democracia em seus espaços e trabalhar para que a cidadania seja concretizada. E assim poderíamos citar outros exemplos.

O conselho que queremos deixar é que a escola não pode perder esta oportunidade, principalmente por que está tendo como ganho o respaldo legal, que tem dificultado tantas vezes as ações da escola. Porém, que se vá muito além do legal, que se construa a noção do justo, do ético, do educativo. Este aspecto eu caracterizo como emancipatório por superar a posição "instrumental" de quem segue meramente os aspectos formais na elaboração de projeto político-pedagógico da escola.

A construção do projeto político-pedagógico, além de prospecção, é também avaliação. Ao pensarmos na sua construção, nós investigamos onde estamos, como estamos situados, fazemos uma tomada de posição pela análise de onde nos encontramos em relação ao existente. *O projeto, ao propor uma realidade, sempre se põe a favor ou contra algo existente com base em alguma verificação da "realidade rebelde" que desafia o ser humano. Portanto, ao se falar em projeto, fala-se, ao mesmo tempo, numa avaliação do que está posto (pra negá-lo ou afirmá-lo) com base em informações, deduções, análises, intuições, etc.* (Vale, 1999, p.70).

O envolvimento da comunidade escolar no projeto aumenta as perspectivas e nos dá mais indicadores de como construir esta proposta. A avaliação da situação e a projeção não serão fruto do olhar apenas de alguns, mas de um número maior de pessoas, o que dá maior credibilidade, transparência e possibilidade de ter os interesses coletivos contemplados.

Na verdade, o que se quer com a prática educativa não é a formação do aluno e a qualificação do espaço de aprendizagem? Se assim pensarmos, o critério básico para decidir o que é essencial e o que é secundário, em termos de

educação escolar, deverá ser, prioritariamente, o processo de formação do educando.

A idéia de participação na reforma educacional

Uma das expressões do reformismo educacional que vem se processando é a lei 9.394/96, a LDB brasileira. Decorrente de suas características mais marcantes, autonomia e flexibilidade, e por determinar competências aos diversos poderes e órgãos, mais especificamente aos estabelecimentos de ensino e aos professores, vem provocando dúvidas, incertezas e ansiedade de como estas se processarão na prática.

Dentre as questões trazidas por esta lei, quer-se tomar por objeto de análise e reflexão a que diz respeito à elaboração da proposta pedagógica da escola.

A LDB instituiu e legalizou a necessidade da participação quando em seu artigo 12 diz que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica

E em seu artigo 13:

Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Na medida em que a LDB estabelece e prescreve, passa-se a exercer pressão para que cada escola elabore e tenha o seu projeto. Há algumas questões que merecem ser observadas quanto à elaboração do projeto político-pedagógico. Ele necessita seu tempo, ou seja, mesmo que a direção ou outra autoridade tenha pressa que ele fique pronto, não se pode acelerar a dinâmica e a processualidade que sua elaboração exige. Para Gadotti (2000,

p. 37), a noção de projeto implica quatro tempos: político, institucional, escolar e de amadurecimento das idéias; estes tempos são necessários para que o projeto seja um momento de renovação da escola e não seja apenas uma promessa. A preocupação deve centrar-se mais em algo consistente e que reflita o que a comunidade escolar é e pensa ser, do que se faça algo para cumprir um requisito legal, já que é sabido de antemão que o legalismo não muda nem transforma a prática educativa. A motivação e o envolvimento da comunidade escolar² não se fazem por decreto, nem por publicidade na televisão ou jornal. Há necessidade de um convencimento de que a participação de cada um determina um rumo diferenciado ao que se quer construir.

A exigência legal traz à tona o debate sobre os canais, as formas e os graus da participação. Esta questão passa a ser central principalmente diante da imensa quantidade de leis, decretos e pareceres que chegam às instituições de ensino e para as quais o professor não está preparado para executá-las e, muito mais grave que isto, não possui conhecimento dos efeitos, conseqüências e da força reguladora destas leis. A simples frequência nos espaços de reflexão não *está garantindo a ampliação, a multiplicação, a sistematização do que se busca conhecer, tanto nas diferentes divisões técnico-pedagógicas das Secretarias de Educação, quanto nas escolas* (Paiva, 1998, p. 28). E preciso ir mais "longe", discutir o real sentido da participação, as formas e as instâncias de decisão política e quem tem voz e vez nestas decisões. Envolver a comunidade escolar é trazê-la para dentro da escola para debater, discutir, opinar, sugerir, pensar, planejar, decidir,... enfim, inserir-se no âmbito do espaço educativo, o que não é tão simples como parece.

A história da existência da escola apresenta um modelo educacional centrado na figura diretiva do professor e do diretor. Os alunos historicamente vivenciaram atitudes e prática de obediência e aceitação às decisões que eram tomadas em outras instâncias, sem a oportunidade de saber como as coisas se processavam. Os pais compareciam à escola quando convidados ou chamados para resolver problemas com os filhos, para as reuniões ou para

mutirão de limpeza, ou outras tarefas a que eram chamados a executar. Estas práticas têm contribuído para a instalação de uma mentalidade na qual se acredita que o professor e o diretor são os responsáveis por gerir e decidir os destinos da instituição onde trabalham. O sucesso ou fracasso da escola a eles deve ser atribuído. Devem tomar as decisões porque "eles sabem", "estudaram para isso", "são pagos para tal"... Se as prioridades deveriam ser aquelas ou não, não é uma questão que diz respeito a quem está "de fora do espaço escolar", mas sim aos "envolvidos" em estabelecer as regras e a planejar o que seria executado posteriormente.

A partir do momento em que a comunidade escolar é chamada a se envolver e a construir coletivamente, passa-se a instaurar uma nova forma de organização no espaço escolar e as decisões, serão pautadas por outras instâncias de poder, que não serão mais aquelas que tradicionalmente se constituíram, onde a centralidade das decisões que estavam na mão do burocrata, do dirigente, passam, em tese, para as mãos dos envolvidos com as ações. O centro de decisão muda de instância e o sentido e a forma de como as coisas são decididas são remodelados. O poder decisório sai das mãos de um "dono" para fazer parte do coletivo. Agora *o conjunto dos participantes, engajado na execução, encontra-se, também, implicado na elaboração do projeto, feita de forma coletiva, mediante sucessivos consensos e dissensos, que garantem dinamismos à ação e eficácia na decisão* (Rossa, 1999, p.66).

Quando se trabalha na perspectiva da decisão ser pautada pela lógica do dissenso, supõe um agir e uma dinâmica diferente de quando o processo se guia pela lógica do consenso. O dissenso supõe a sobrevivência da diferença e o convívio com desejos, sonhos e aspirações que estão latentes nos participantes, o que demanda uma concepção de "paciência histórica" e de noção de processualidade que garantam o dinamismo necessário para que a maturidade das decisões aconteça. Não é a prevalência de uma vontade que, ao decidir, escolhe a ação e a forma de fazê-la, mas é um processo de permanente criação de situações de aprendizagem e de convívio grupai e nisto reside o pedagógico da participação, isto é, o constante aprender

fazendo a participação acontecer. Pode-se dizer que é uma espécie de "ecologia cognitiva" onde o aprender floresce em todos os envolvidos.

Na medida em que o coletivo impera, há intervenções simultâneas e é preciso preservar a autonomia da decisão de grupo. *A construção coletiva exige conhecimento e valorização do outro e, portanto, do sentido de alteridade, de especificidade e de diversidade* (Rossa, 1999, p. 66-7).

É sob este aspecto que se manifesta e se chama atenção dos educadores para o pedagógico do político, ou seja, é nesta processualidade que o respeito à diferença, às diferentes subjetividades, e de como elas se constroem, apresentam-se como manifestações concretas de um processo educativo. Emancipador porque dá espaço e permite que o outro cresça ao meu lado para que se possa constituir um grupo. E o rompimento da pedagogia competitiva para a instauração de uma pedagogia de princípios solidários e éticos. Na medida em que há o respeito ao ser sujeito, há a construção da humanização e a desinstalação da lógica do mais forte, pois a intersubjetividade e a convivência passam a ser possíveis. *A construção coletiva implica visão de conjunto. Todos os envolvidos nela devem saber o que se quer alcançar com a construção e com o trabalho, que nela se desenvolve* (Rossa, 1999, p. 67).

Não se pode esquecer que planejamento e gestão são palavras, talvez, velhas no vocabulário, porém muito recentes quanto à sua efetiva concretização no espaço escolar. Não há uma prática educativa das massas voltada para o envolvimento e participação. No Brasil há toda uma trajetória histórica em que sempre houve quem planejasse e gerisse e a grande massa obedecesse. Pela LDB há necessidade da construção participativa do projeto pedagógico. *Mas, como exige-la, como construí-la, se estamos mais afinados com a participação resignada, do que com a ativa?* (Paiva, 1998, p.29).

Esperar ações coletivas e de clareza política quando não se educou e construiu uma história para isso é um ledo engano. É necessário avançar aos poucos e construir esta nova identidade coletiva da comunidade escolar.

Também é bom lembrar que, para planejar e gerir, é preciso conhecer e discutir o que se quer. Segundo Giroux(1999, p. 28), para isso os professores precisam ser intelectuais; para compreender que o ensino é uma forma de mediação entre diferentes pessoas e diferentes grupos de pessoas, e não se pode ser bons mediadores a menos que se saiba a quem se dirige a mediação em que se está engajado. A grande maioria da comunidade escolar sempre esteve à margem da gestão e organização do espaço escolar. Como sugerir e planejar sem conhecer? É preciso tomar pé da situação, ver o que a escola tem feito e faz, e o que é realmente o espaço escolar.

Poder-se-ia dizer que não só a comunidade precisa conhecer a escola, mas a própria escola precisa conhecer-se a si mesma, pois precisa pensar-se como escola, definir seus princípios orientadores (filosóficos) e seus compromissos políticos. O desconhecimento gera uma proposta irreal e impossível de ser posta em prática. O que não se faz sentir, não se entende e o que não se entende não interessa. O sentido é dado e construído por cada membro da comunidade escolar na sua maior ou menor relação com este espaço. Não se pode esperar a valorização deste, se grande parte da comunidade não tem relação ou vínculo de algum tipo que possa lhe permitir a criação de sentido. Abrir espaços para possibilitar a construção do sentido desejado e esperado em relação à escola, toma-se uma tarefa permanente de quem acredita em ações livres, na capacidade criadora deste espaço e na utopia pedagógica.

O que é importante entender é que a escola se constitui em uma instância social mediadora entre os projetos pessoais e o projeto da sociedade na qual estes indivíduos estão inseridos. Para Severino (1998, p. 81), a sociedade precisa da ação dos educadores para a concretização de seus fins; de outro lado, os educadores precisam do dimensionamento político do projeto social para que sua ação tenha real significação como mediação do processo humanizador dos educandos.

Resistindo à participação ou domesticados pela razão dominante?

Ao se pensar em projeto político-pedagógico já se está pressupondo o conceito de participação. As experiências históricas de participação no Brasil, não trazem boas lembranças, pois muitas foram frustrantes. Foram muitos os projetos, planos, propostas que visavam à participação para o crescimento coletivo e à construção de uma real cidadania. Os fatos comprovam que muito do que se planejou não passou de boas intenções. O descrédito parece ser a maior herança que se carrega.

Isto tudo gera um certo desconforto e uma descrença quando as pessoas são convidadas a participar, a se envolver. Questionam se sua participação se dará realmente ou apenas será na execução. Pois há níveis de participação: num processo nós podemos ser chamados a pensar (planejar), decidir e executar. São três momentos distintos e importantes e o não envolvimento em um dos momentos descaracterizaria e maquiaria o processo de participação. Talvez a descrença a seu respeito seja pelo fato de que se é chamado a "participar" apenas da execução e a fazer algo que não se planejou, nem decidiu e muito menos contribuiu com o pensar; logo, pode constituir-se em algo contrário aos desejos e aspirações.

Esta resistência ao chamado da participação se justifica histórica e culturalmente pela maneira como foram conduzidos os processos de decisão e execução de propostas e planos educacionais no Brasil nas últimas décadas. Para McLaren (1999) precisa-se criar uma nova cultura política, na qual se encoraje a sociedade a interrogar o consenso dos valores apresentados e a resistir às práticas de redução da diversidade étnica e cultural a uma política de unidade acrítica.

A necessidade de ações planejadas passa a ser um constituinte intrínseco ao trabalho da escola. Outras organizações já se convenceram há mais tempo de que sem planejamento não se chega a lugar algum. Esta mesma consciência precisa ser assumida pela escola, pela sua especificidade, envolvimento comunitário e finalidade que desempenha. Deverá fazê-lo de

forma participativa para não negar seus princípios fundamentais, entre os quais está o de ser um espaço público de emancipação social.

O projeto político-pedagógico ou da necessidade da intencionalidade da ação

Ao se afirmar que a ação educativa tem um fim, é teleológica, deve haver também o convencimento de que este fim não pode ser casual, mas deve ser rigorosamente estabelecido de acordo com o interesse social da maioria. Não é mais possível falarmos em práticas "espontâneas". Projetar e articular ações faz parte da intencionalidade que o trabalho da escola precisa ter. O debate sobre o planejamento das ações da escola deve orientar-se pelos princípios da consistência e clareza política, pois, se os envolvidos não souberem como guiar-se, o farão pelo senso comum. A intencionalidade filosófica, manifesta na clareza dos princípios que se quer defender na comunidade escolar, deve aparecer, deve ser explicitada. O direcionamento das práticas e ações da comunidade escolar vai somar esforços e evitar a fragmentação dos diversos segmentos permitindo uma ação mais eficaz. *É na intencionalidade nuclear do projeto educacional que se encontram as raízes e as referências básicas dos objetivos que vão nortear a proposta pedagógica da instituição de ensino que queira realizar, com eficácia e qualidade, o seu trabalho educativo* (Severino, 1998, p. 82).

O projeto político-pedagógico sempre estará orientado por um referencial, um conjunto de idéias que haverão de orientar a prática. Este conjunto de idéias são opções políticas que fazem parte e estão intrínsecas ao referencial de quem vai escolher, decidir, optar por determinado tipo de ação. Esta está permeada pelas relações de poder que determinam quem, o que e com que finalidade se vai fazê-la. A consciência de que esta ação está perpassada pelo poder e suas diversas representações é o que denominamos de o político do pedagógico, ou seja, o pedagógico orienta-se por princípios, idéias, teorias. Estas não são "inocentes", nem neutras; elas trazem uma bagagem de valores, influências, formas de fazer e concepções sobre o

homem e o mundo. Para Giroux (199, p. 269), as escolas são locais de luta contraditórias, através dos quais se produzem diferentes posições de sujeitos, conhecimentos, formas de tratar e valores. A concepção político-pedagógica que é alimentada na escola determina quem será incluído ou excluído pelo acesso ao conhecimento, ao poder e a outras formas de produção social.

Insistimos que deve ser "político-pedagógico", pois sabemos que não são todas as pessoas que possuem a clareza suficiente para que, quando falarmos "pedagógico", saibam que este é indissociável do político. Paulo Freire afirma categoricamente que o ato educativo é um ato político por excelência. Isto, no entanto, não está subentendido nas concepções de um número significativo de pessoas, disso nasce a necessidade de colocar, de modo bem evidente, o político ao lado do pedagógico.

Queremos esclarecer um pouco mais. A necessidade de colocar *paripassu* o político e o pedagógico não é só por uma questão metodológica ou de "peso" conceitual. A razão mais forte está em que o político, que é tão determinante quanto o pedagógico, não pode ser subestimado, secundarizado ou subentendido. Para Gadotti (2000, p.35) o projeto pedagógico da escola é também político. *Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo.* Trata-se de uma prática política de cunho profundamente pedagógico. Ou seja, é o aprendizado do político de forma pedagógica (intencional, planejada, apontando e optando por determinados valores) e não espontaneamente. O futuro não está dado, não existe como algo pronto, acabado, bastando apenas alcançá-lo ou dele nos apropriarmos. O futuro é o resultado do que as pessoas desejarem e quiserem, estabelecerem como meta. *Este aspecto é fundamental para entender o conceito de projeto como possibilidade pensada, planejada, em função de um futuro problemático, incerto e não dado aprioristicamente.* (Vale, 1999, p.69/70).

A escola quando chama a comunidade está querendo que os envolvidos no seu quefazer a auxiliem a definir os princípios norteadores de sua ação. Estes princípios são eminentemente políticos, pois traduzem a trama de relações que irão acontecer no espaço público representado pela escola e pela

comunidade escolar. Para Vale (1999, p.71) esta atitude de definição em relação aos fins valores evidencia que o projeto, seja social, educacional, político, individual, será sempre um instrumento de ação e, nesse sentido, terá de se definir em termos não apenas teleológicos (em função de fins), axiológicos (em função de valores), mas, também, em termos políticos (em função do sentido social e abrangência), sociais (em função de prioridades) e científicos (em função do conhecimento existente).

A escola não é um lugar neutro, ela é um espaço político por excelência, seja pelo fato de sofrer impacto e trabalhar sob a ótica das políticas públicas (e por sua vez do poder instituído), seja por ser um *locus* onde se dão as mais diversas relações entre os diferentes segmentos da comunidade. Nela se manifestam os diversos jogos de poder e as diferentes intenções e projetos. Daí que o projeto político-pedagógico torna-se o núcleo em torno do qual são articuladas e explicitadas intenções, práticas e valores. A ausência de um projeto é a não intencionalidade, é não ter direção, é desconhecer que há valores. *O Projeto Político-Pedagógico conterà as grandes linhas de ação, as idéias que serão postas em prática. A minha prática deverá ser o reflexo dos valores constantes no Projeto Político-Pedagógico, deverá ser sua vivência, o que eu chamo de prática pedagógica* (Nogaro, 1995, p. 69).

O projeto político-pedagógico permitirá que a escola tenha objetivos claros e linhas políticas bem definidas em sintonia com o presente e cumprindo com fidelidade seu projeto, reeducando-se e reinventando-se a cada momento em sua função de ser a resposta adequada aos desafios e sonhos de sua gente. Reinventada pela própria comunidade, transformar-se-á em ponto de convergência para revitalizar e construir novas relações, novos processos de aprender, ensinar e conhecer, libertar a inteligência, descobrir o outro.

Exercendo a sua especificidade de espaço pedagógico, a escola relaciona as pessoas entre si, abriga e mediatiza os embates políticos. A relação político-pedagógica passa a ser gestada e vivenciada no espaço escolar como seu espaço *sui generis*, por excelência.

Concluindo: reescrevendo as fronteiras da participação

O projeto mexe com o ânimo e com o engajamento da comunidade escolar, pois cada um passa a sentir-se autor e responsável pelo crescimento do grupo e pela boa operacionalização das atividades. A oportunidade de participação e a contribuição com o grupo é de suma importância. Uma escola autônoma e que trabalhe em prol da qualidade de vida supõe o aproveitamento deste espaço por cada membro da comunidade escolar. A escola passa a ser o lugar onde ocorre a organização da esperança em uma vida melhor, econômica, social e culturalmente.

Para Gadotti(2000, p.38) a implantação de um novo projeto político-pedagógico deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; da importância da necessidade do planejamento na educação. Pensar o projeto político-pedagógico da escola é pensá-la como instituição de ensino, com uma função social. Se essa reflexão a respeito da escola acontecer por meio de todas as pessoas nela envolvidas, de maneira radical e coletiva, certamente se dará a definição de um projeto consistente. Como considerar este processo desprovido do caráter político?

O projeto político-pedagógico não é propriedade nem resultado do esforço de um indivíduo, mas do grupo, que visa a defesa dos interesses e aspirações do coletivo. Aqui aclama-se o sentido do público que é aquele abrangido pelo sentido do bem comum, ou seja, que garante ao universo dos sujeitos o direito de usufruir dos bens coletivos, sejam eles culturais ou econômicos. Para esta tarefa os educadores são chamados a contribuir e inserir-se numa luta que não é apenas da escola e pela sua escola, mas está situada num âmbito maior que é a construção de um projeto social emancipador do ser humano. Neste sentido, para Giroux (1999, p. 26), os educadores têm uma responsabilidade pública que por sua própria natureza os envolve na luta pela democracia. Isto torna a profissão do professor um recurso-público singular e poderoso no rompimento dos discursos e das fronteiras que foram criadas e determinadas historicamente pelos diversos meca-

nismos e formas de participação que, com raras exceções, foram unilaterais e excludentes.

Para concluir, parece-nos oportuno fazer um questionamento: a escola não é chamada e não é vista como um lugar onde se deve preparar e vivenciar a cidadania? Não é o lugar e o espaço, por excelência, onde se processam relações educativas? Se nossa resposta for afirmativa e trabalharmos na construção de um projeto político-pedagógico formativo e não instrumental (formal), estaremos exercitando nossa essência primordial que é fazer educação. Nesta perspectiva estaremos aproximando teoria e prática pelo exemplo de educar para a cidadania, começando dentro de nossa casa que é a escola, pela qual temos muito que fazer ainda.

BIBLIOGRAFIA

- ARENA, Dagoberto. Projeto pedagógico e avaliação: as tensões no interior da escola. In BICUDO, M. Aparecida (org). **Formação do educador e avaliação educacional: conferências e mesas-redondas**. São Paulo: UNESP, 1999.
- AZEVEDO, Janete L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BICUDO, Maria A. V. (org). **Formação do educador e avaliação educacional: conferências, mesas redondas**. VI. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**: revista quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas: Cedes, n°69,1999.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIROUX, Henry. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio.** Porto Alegre: Artes Médias, 199.

NOGARO, Arnaldo. Reflexões sobre pressupostos que norteiam o projeto político-pedagógico da escola. **Perspectiva.** Ano 19, n° 67, set/ 95, p. 67-74.

OLIVEIRA, Dalila A (org) **Gestão Democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Vozes, 1997.

PAIVA, Ana Maria S. Políticas educacionais brasileiras: como chegam à escola? **Revista de Educação AEC.** Ano 27, n° 109, out/dez 1998, p. 28-38.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ROSSA, Leandro. Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva inclusiva e solidária. **Revista de Educação AEC.** Ano 28, n° 111, abr/jun - 99, p. 63-72.

SEVERINO, A Joaquim. O projeto político-pedagógico: a saída para a escola. **Revista de Educação AEC.** Ano 27, n° 107, abr/jun -1998, p.81-91.

SILVA, Luiz H. da (org) **Século XXI: qual conhecimento? qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999.

VALE, José Misael F. do. O projeto político-pedagógico como instrumento coletivo de transformação do contexto escolar. In BICUDO, M. Aparecida (org). **Formação do educador e avaliação educacional: conferências e mesas-redondas.** São Paulo: UNESP, 1999.